



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONSULTOR(A) INDIVIDUAL - IC

Contrato Nº 2017/000024

Projeto BRA13013

Agência Executiva/Beneficiário

Este Contrato é celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante denominado PNUD) e Conrado Frezza (doravante denominado(a) Consultor(a) Individual), Brasileiro, Solteiro, portador do CPF CPF00957842090 e residente e domiciliado à Av. Parque Águas Claras, Lote 55, Apto B-707, Águas Claras-DF, 71906-500, Brasil.

CONSIDERANDO que o PNUD deseja contratar os serviços do Consultor(a) Individual de acordo com os termos e condições aqui estabelecidos, e;

CONSIDERANDO que o Consultor(a) Individual está preparado e disposto a aceitar este contrato com o PNUD em tais termos e condições;

DESTA FORMA, as Partes, pelo presente, acordam o que segue:

1. Natureza dos Serviços

O Consultor(a) Individual deverá executar seus serviços de acordo com o descrito no Termo de Referência número 141768, o qual é parte integrante deste Contrato, constante de seu Anexo I, em Brasília/DF.

2. Duração do Contrato

Este Contrato deverá ter início em 06/03/2017 e deverá expirar após a execução satisfatória dos serviços descritos no Termo de Referência mencionado acima, não vigorando além de 05/03/2018, exceto se extinto antecipadamente de acordo com os termos deste Contrato. Este Contrato está sujeito às Condições Gerais do Contrato de Serviços de Consultoria Individual, as quais estão disponíveis no site do PNUD em www.undp.org/procurement e que aqui seguem no Anexo II, traduzido do documento original em inglês o qual, em caso de dúvida, prevalecerá.

3. Consideração

Como plena consideração pelos serviços prestados pelo(a) Consultor(a) Individual, incluindo, a não ser que seja especificado de outra forma, suas viagens de e para Brasília/DF, ou qualquer outra viagem necessária à execução do Termo de Referência do Anexo I, e despesas de subsistência, o PNUD deverá pagar ao(a) Consultor(a) Individual o total de R\$ 140.000,00 de acordo com a tabela abaixo. Os pagamentos deverão ser feitos a partir da certificação de que cada Produto, conforme Termo de Referência e descrito abaixo, tenha sido satisfatoriamente executado e que os Produtos tenham sido entregues até ou antes das datas estabelecidas abaixo.

R\$ 140.000,00 em 7 parcelas de acordo com o seguinte cronograma de pagamento: R\$ 14.400,00 com 10,28% pelo(a) Produto 1 - Etapa I: Documento Técnico contendo o contexto em que o trabalho será realizado (Inception Report), a descrição das atividades de análise a serem realizadas, os meios de obtenção dos dados a serem utilizados e a sistemática preliminar a ser adotada na realização dos trabalhos; R\$ 14.400,00 com 10,28% pelo(a) Produto 2 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel sólido não agrícola - GSNA.; R\$ 21.600,00 com 15,43% pelo(a) Produto 3 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel líquido não agrícola - GLNA.; R\$ 21.600,00 com 15,43% pelo(a) Produto 4 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel líquido não agrícola - GLNA.; R\$ 21.600,00 com 15,43% pelo(a) Produto 5 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de GLP.; R\$ 28.800,00 com 20,57% pelo(a) Produto 6 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de carga conteneurizada e não conteneurizada.; R\$ 17.600,00 com 12,58% pelo(a) Produto 7 - Etapa II: Documento técnico contendo proposição de metodologia a para realização de auditoria e due diligence legal de terminais portuários, com base nas atividades realizadas nos estudos previstos nos produtos 2 a 6 e relatório final de atividades, constando resumo descritivo das atividades realizadas durante a consultoria.;

No caso de viagem para fora de Brasília/DF, não prevista e não requerida no Termo de Referência, for solicitada pelo PNUD, e desde que haja concordância anterior por escrito, tal viagem deverá ser custeada pelo PNUD e o Consultor(a) Individual deverá receber diária que não exceda o valor da taxa das Nações Unidas alocada para subsistência diária naquele(s) local(is) de destino.

Onde houver duas moedas envolvidas, a taxa de câmbio deverá ser a taxa de câmbio oficial aplicada pelas Nações Unidas no dia em que o

CF

PNUD determinar ao seu banco que faça o(s) pagamento(s).

O(A) consultor(a), por meio deste, reconhece que o governo brasileiro é responsável por sua segurança, incluindo as "Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, de observância obrigatória (...) pelos órgãos públicos da administração direta e indireta". Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>

4. Direitos e Obrigações do(a) Consultor(a) Individual

Os direitos e obrigações do(a) Consultor(a) Individual estão estritamente limitados aos termos e condições deste Contrato, incluindo seus anexos. Desta feita, o(a) Consultor(a) Individual não terá direito a nenhum benefício, pagamento, subsídio, compensação ou direito, a não ser aqueles expressamente previstos neste contrato. O(A) Consultor(a) Individual será o(a) único(a) responsável por reclamações propostas por terceiros e relativas às próprias ações e omissões do(a) Consultor Individual no curso da execução deste Contrato e sob nenhuma circunstância deverá ser o PNUD responsabilizado por tais reclamações de terceiros.

5. Beneficiário(a)

O(A) Consultor(a) Individual aponta Neuz Maria da Silveira, residente e domiciliado à Av. Senador Salgado como beneficiário(a) de quaisquer valores devidos nos termos deste Contrato, em caso de morte do Consultor(a) Individual durante a execução dos serviços aqui previstos. Isso inclui o pagamento de qualquer seguro de responsabilidade sobre prestação de serviço, atribuível pela execução dos serviços ao PNUD.

E-mail e número de telefone do(a) Consultor(a) Individual:

contrado.dasilveira@gmail.com (61) 98209-3934

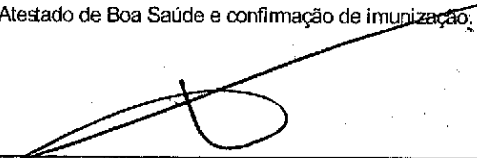
Endereço, e-mail e número de telefone de contato de emergência (se diferente do(a) Beneficiário(a)):

E ESTANDO ASSIM AJUSTADAS, as Partes celebram este Contrato.

Por meio de sua assinatura, abaixo, Eu, o Consultor(a) Individual, reconheço e concordo que li e aceito os termos deste Contrato, incluindo as Condições Gerais do Contrato de Serviços de Consultoria Individual, disponível no site do PNUD em www.undp.org/procurement e aqui constante do Anexo II, as quais formam parte integrante deste Contrato, e que li, entendo e concordo em atender aos termos do padrão de conduta estabelecidos nos boletins do Secretário-Geral ST/SGB/2003/13, de 09 de outubro de 2003, disponível em <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=ST/SGB/2003/13> e intitulado "Medidas Especiais de Proteção contra Exploração Sexual e Abuso Sexual (do inglês "Special Measures for Protection from Sexual Exploitation and Sexual Abuse")", e ST/SGB/2002/9, de 18 de junho de 2002, disponível em <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=ST/SGB/2002/9> e intitulado "Regulamentos que governam o Status, os Direitos Básicos e os Deveres dos Oficiais que não sejam oficiais do Secretariado ou Peritos em Missão (do inglês "Regulations Governing the Status, Basic Rights and Duties of Officials other than Secretariat Officials, and Experts on Mission").

O Contratado enviou Atestado de Boa Saúde e confirmação de imunização.

Assinatura:


Didier Trebidoq
Diretor de País do PNUD

Data: 23/02/2017

Assinatura:

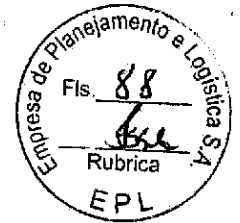

Consultor(a) Individual

Data: 06/03/2017

TERMO DE REFERÊNCIA No 141768

Contrato por Produto - Nacional

~~TERMO DE REFERÊNCIA No 141768~~



1. Função no Projeto:

Advogado especialista em auditoria e due diligence legal

2. Nosso Número

0000030789

3. Antecedentes

O projeto de cooperação técnica internacional BRA 13/015 visa a dotar a EPL de instrumentos técnicos para a melhoria do planejamento e da gestão dos transportes no Brasil. A dimensão continental do País, o surgimento de novas áreas de desenvolvimento econômico, a quase saturação da capacidade logística e a falta de flexibilidade das soluções de transporte propostas em outras épocas fazem com que seja necessário reavaliar os modelos de gestão e de planejamento de transportes existentes no Brasil. Ao mesmo tempo, os novos instrumentos a serem propostos devem contribuir para uma mobilidade de pessoas e bens mais sustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social, de forma a superar as atuais limitações da matriz de transportes brasileira, bem como a contribuir com a meta de reconhecimento da EPL como referência no planejamento e desenvolvimento da logística de transporte no país. Nesse sentido, a EPL possui dentre suas competências a função de elaborar estudos de viabilidade técnico-econômica, de engenharia e jurídicos necessários ao desenvolvimento de projetos de transportes, agora atuando sob as determinações da Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Em linhas gerais, a Empresa de Planejamento e Logística S.A. tem como principais missões: a) a modelagem de projetos de transportes no âmbito federal; b) o planejamento, de forma eficiente, dos modais e da integração dos modais, traduzindo, consolidando e analisando as diversas fontes de dados técnicos e informações para a proposição de ações tanto de curto como médio e longo prazo, considerando a necessidade de aprimoramento da matriz de transportes. Tais atividades são possíveis por meio da correta modelagem de projetos, supramencionada, com aplicação prática com base nas metodologias desenvolvidas. Para melhor alcançar as suas metas institucionais, a empresa tem se valido do apoio técnico de consultores especializados contratados no âmbito do mencionado projeto de cooperação, com o objetivo de desenvolver suas capacidades por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias que permitam suprir lacunas técnicas ainda latentes na área da logística de transportes. Cabe destacar que a realização de atividades pelo escolhido neste projeto tem como objetivo repassar aos quadros técnicos da EPL o know-how necessário para a consecução da consultoria em tela, de forma a potencializar a expertise requerida. Tal inteligência, consubstanciada na metodologia a ser construída e nos casos práticos apresentados (no formato case study), deverá permitir à empresa a adoção de ações mais apropriadas em projetos futuros. Assim, tal aporte de conhecimento trará o fortalecimento institucional desejado. Neste caso, especificamente, isso será obtido por meio da criação de uma metodologia de atualização de projetos de viabilidade para portos, envolvendo suas diversas disciplinas para obtenção de know-how pela EPL, buscando, principalmente, a qualificação do quadro de pessoal sobre os assuntos tratados. A EPL, a partir desse processo, poderá prestar melhores serviços ao Governo Federal relativamente à modelagem e à estruturação de projetos de infraestrutura e dos estudos correspondentes, em diversos modais de transporte. Esta, então, é uma oportunidade para a qualificação da empresa e para o almejado fortalecimento institucional, principalmente para que a EPL possa deter a capacidade replicadora de realizar tais atividades em um futuro próximo, por meio de servidores pertencentes aos quadros da Administração Pública Federal ou por meio da contratação de profissionais no mercado, dada a intermitência da necessidade pública no que tange à realização dessas ações.

4. No do resultado no PRODOC/PNUD

5. Objetivos da consultoria

Contratação de 01 (um) consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para a realização de case studies e para o desenvolvimento de metodologia para auditoria e due diligence legal em terminais portuários arrendáveis em portos públicos.

6. Descrição das atividades

As atividades prestadas nesta consultoria dividem-se em duas etapas. A Etapa I consistirá na apresentação de metodologia inicial de auditoria e due diligence legal de terminais portuários com vistas à sua delegação por meio de arrendamento e na aplicação prática dos procedimentos propostos em 15 (quinze) casos práticos reais em terminais a serem definidas conforme solicitação da Secretaria Especial de Portos - SEP, consubstanciada no Ofício nº 576/2016/SPP/SEP/PR de 04/11/2016, para a obtenção do melhor entendimento das nuances legais que poderão surgir no horizonte do processo de estruturação de projetos. Os trabalhos nesta etapa deverão levar em consideração os seguintes aspectos: I. Articular com a equipe EPL a redação do Inception Report (relatório inicial) contendo o contexto em que o trabalho será realizado e breve relatório das atividades a serem realizadas e seu encaixeamento; II. Apresentar metodologia inicial, com descrição robusta das atividades de análise a serem realizadas, os meios de obtenção dos dados a serem utilizados e a sistemática preliminar a ser adotada na realização dos trabalhos; III. Analisar todos os aspectos jurídicos e regulatórios da situação dos terminais indicados, incluindo, mas não se restringindo, aos campos cível, fiscal e tributário, trabalhista, imobiliário, urbanístico, ambiental, penal, comercial e societário, concorrencial, regulatório em geral, administrativo, contratuais, de propriedade intelectual e operacional, contenciosos ou não, e outros, e analisar quaisquer restrições que possam afetar o futuro Págin 3 de 10 arrendamento, bem como as contingências legais relacionadas a operações e ativos e outros que: a) levem à identificação: I. dos níveis de riscos jurídicos e regulatórios aos quais o terminal e as suas infraestrutura e operação estejam submetidos; II. dos passivos econômico-financeiros e jurídicos aos quais o terminal e as suas infraestrutura e operação estejam submetidos; III. de aspectos que possam afetar os valores envolvidos em arrendamento futuro do terminal sob análise; IV. de aspectos que possam alterar a percepção de risco de negócio por eventuais interessados em arrendar o terminal portuário; b) auxiliem na identificação geral da situação jurídica, econômica e regulatória do terminal; IV. Considerar as relações da arrendatária atual do terminal portuário e a governança das relações que possam ser relevantes para os terminais analisado, entre ela e outros atores, e.g.: a) a autoridade portuária; b) o OGMO; c) os colaboradores e prestadores de serviços no terminal; d) os demais arrendatários do porto; e) o Município em que se situa o terminal e o porto; f) os Municípios afetados pela operação portuária; g) o Estado em que se situa o porto; h) a Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes; i) a Agência Nacional de Transporte Aquaviário; j) os órgãos licenciadores - ambientais, aduaneiro, autoridade marítima e outros; k) outros entre públicos, como o Ministério Público; l) os transportadores de carga, rodoviários, ferroviários e aquáticos; m) os parceiros comerciais em geral; n) outros players e stakeholders; V. Considerar também: a) as características da região portuária; b) as vocações dos terminais portuários; c) a competição intra-porto; d) a competição entre portos; e) quaisquer restrições existentes; f) quaisquer restrições existentes; g) a competição entre portos; e) quaisquer restrições existentes; f) outros aspectos relevantes para análise da situação jurídico-econômica, do risco do negócio e da precificação dos ativos portuários; VI. Elaborar e apresentar documentos técnicos contendo o disposto nos itens acima; VII. Participar de reuniões em apoio às equipes técnicas da EPL; VIII. Apresentar relatório final de atividades, indicando as ações realizadas e os resultados obtidos; IX. Qualquer outra atividade que possa colaborar com o alcance do objeto desta consultoria. A Etapa II prevê a produção da metodologia para transferência de conhecimento à EPL considerando as lições aprendidas com base nos trabalhos desenvolvidos. O resultado final deverá ser apresentado por meio do detalhamento do modais operandi utilizado para a produção dos resultados finais apresentados pelo consultor, devendo também: I. Construir metodologia de obtenção de dados e análise de aspectos jurídicos e regulatórios relevantes da situação de terminais portuários em portos públicos, incluindo, mas não se restringindo, aos campos cível, fiscal e tributário, trabalhista, imobiliário, urbanístico, ambiental, penal, comercial e societário, concorrencial, regulatório em geral, administrativo, contratuais, de propriedade intelectual e operacional, contenciosos ou não, e outros; e II. Consolidar todos os passos necessários à consecução do resultado final esperado de auditoria e due diligence legal para terminais portuários com vistas aos seus arrendamentos.

67

7. Produtos esperados

O consultor entregará os seguintes produtos, a serem executados em conformidade com o cronograma físico-financeiro abaixo: Produto 1 - Etapa I: Documento Técnico contendo o contexto em que o trabalho será realizado (Inception Report), a descrição das atividades de análise a serem realizadas, os meios de obtenção dos dados a serem utilizados e a sistemática preliminar a ser adotada na realização dos trabalhos. Produto 2 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel sólido não agrícola - GSNA. Produto 3 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de fertilizantes. Produto 4 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel líquido não agrícola - GLNA. Produto 5 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de GLP. Produto 6 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de carga contenerizada e não contenerizada. Produto 7 - Etapa II: Documento técnico contendo proposição de metodologia a para realização de auditoria e due diligence legal de terminais portuários, com base nas atividades realizadas nos estudos previstos nos produtos 2 a 6 e relatório final de atividades, constando resumo descritivo das atividades realizadas durante a consultoria. Os terminais referidos nos produtos 2 a 6 serão tempestivamente informados ao Consultor, que poderá ser instado a apresentar cronograma de viagens.

8. Qualificações profissionais

Como disposto em lista abaixo, o consultor deverá apresentar qualificação profissional mínima, que será eliminatória, e qualificação profissional adicional, que será classificatória. Os requisitos OBRIGATORIOS para contratação do candidato são: a) Graduação em Direito; b) Registro profissional ativo na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; c) Comprovação de inexistência de sanções em vigor aplicadas pela OAB; d) Comprovação de mínimo de 4 anos de experiência em atividades de auditoria e due diligence legal; e e) Disponibilidade para viagens. Os requisitos DESEJÁVEIS para a contratação do candidato são: a) Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e/ou Doutorado) em Direito Secretário, Direito Comercial, Direito dos Negócios ou Direito das Fusões e Aquisições; b) Experiência em atividade envolvendo auditoria e due diligence voltada a infraestruturas portuárias; c) Experiência em fusões e aquisições; e d) Experiência em atividade envolvendo elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA.

9. Insumos

Os insumos necessários ao projeto se resumem às instalações físicas, equipamentos de informática e softwares de escritório, de responsabilidade exclusiva do selecionado. Estudos elaborados pela Secretaria Especial de Portos para cada um dos terminais portuários que serão objeto de atualização. Estudo de demanda atualizado pela SEP/ANTAQ para os respectivos terminais portuários. As despesas relacionadas a passagens e diárias de deslocamento, para o acompanhamento e apoio da EPL em reuniões externas e para atividades de campo, a exemplo das atividades de obtenção de dados junto aos terminais portuários, autoridades portuárias, fóruns e outros entes públicos, serão custeados pelo Projeto, obedecendo aos dispositivos legais que regem a matéria.

10. Nome do Supervisor

Eduardo Solano Spim

Cargo do Supervisor

Coordenador do Projeto BRA/13/013

11. Localidade do Trabalho

Brasília

12. Data de início

06/03/2017

13. Data de término

05/03/2018

14. Produtos X Honorários

Descrição	Valor	Porcentagem	Data Prevista
Produto 1 - Etapa I: Documento Técnico contendo o contexto em que o trabalho será realizado (Inception Report), a descrição das atividades de análise a serem realizadas, os meios de obtenção dos dados a serem utilizados e a sistemática preliminar a ser adotada na realização dos trabalhos.	R\$ 14.400,00	10,28	27/03/2017
Produto 2 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel sólido não agrícola - GSNA.	R\$ 14.400,00	10,28	05/05/2017
Produto 3 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de fertilizantes.	R\$ 21.600,00	15,43	04/07/2017
Produto 4 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de granel líquido não agrícola - GLNA.	R\$ 21.600,00	15,43	04/09/2017
Produto 5 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de GLP.	R\$ 21.600,00	15,43	01/11/2017
Produto 6 - Etapa I: Documentos técnicos contendo procedimentos e resultados dos estudos resultado das due diligences legais, bem como as versões atualizadas dos estudos referentes a terminais de movimentação de carga contenerizada e não contenerizada.	R\$ 28.800,00	20,57	22/01/2018
Produto 7 - Etapa II: Documento técnico contendo proposição de metodologia a para realização de auditoria e due diligence legal de terminais portuários, com base nas atividades realizadas nos estudos previstos nos produtos 2 a 6 e relatório final de atividades, constando resumo descritivo das atividades realizadas durante a consultoria.	R\$ 17.600,00	12,58	19/02/2018

CSF



REMUNERAÇÃO

15. Valor total dos serviços

RS 140.000,00

16. Número de parcelas

7

17. Linha Orçamentária

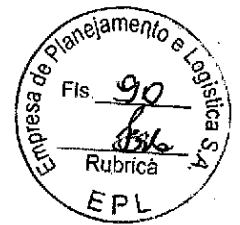
18. Observações

Os pagamentos serão feitos após apresentação e aprovação dos produtos atestados pela direção do projeto.

CF

RECEIVED
MAY 10 1964
U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D.C.

ANEXO II - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL



1- CONDIÇÃO JURÍDICA:

O Consultor(a) Individual detém a condição jurídica de Consultor(a) independente perante o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e não poderá ser considerado, em hipótese alguma, como um funcionário do PNUD sob os Regulamentos e Regras dos Funcionários das Nações Unidas, ou um "oficial" do PNUD para fins da Convenção Sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 13 de Fevereiro de 1946.

Assim, nada no Contrato ou em relação a ele deve estabelecer uma relação de empregador e empregado, ou de diretor e agente, entre o PNUD e o Consultor(a) Individual. Os oficiais, representantes, empregados ou subcontratados do PNUD e do Consultor(a) Individual, se houver, não devem ser considerados, sob nenhum aspecto, como empregados ou agentes do outro, e o PNUD e o Consultor(a) Individual devem ser os únicos responsáveis por todas as reivindicações surgidas ou relacionadas à contratação de tais pessoas ou entidades.

2- REGRAS DE CONDUTA:

Regra Geral: o(a) Consultor(a) Individual não deve procurar ou aceitar instruções de qualquer autoridade externa ao PNUD relacionada ao cumprimento de suas obrigações contratuais. Caso ocorra que qualquer autoridade externa ao PNUD procure impor quaisquer instruções em relação ao cumprimento do Contrato, o(a) Consultor(a) Individual deve imediatamente notificar o PNUD e prover toda a assistência razoável que for solicitada pelo PNUD.

O(A) Consultor(a) Individual não deve tomar qualquer ação em relação ao cumprimento do Contrato, ou de qualquer forma relacionada às suas obrigações no Contrato, que possam afetar de maneira adversa os interesses do PNUD. O(A) Consultor(a) Individual deve cumprir suas obrigações de acordo com o Contrato considerando ao máximo os interesses do PNUD.

O(A) Consultor(a) Individual garante que ele não ofereceu ou oferecerá qualquer benefício direto ou indireto surgido de ou relacionado ao cumprimento de seu Contrato, ou do seu respectivo pagamento, a qualquer representante, oficial, empregado ou outro agente do PNUD.

O(A) Consultor(a) Individual deve submeter-se a todas as leis, portarias, regras e regulamentos vigentes sobre o cumprimento das suas obrigações do Contrato. No seu cumprimento, o(a) Consultor(a) Individual deve corresponder a todos os padrões de conduta determinados no Boletim do Secretário Geral ST/SGB/2002/9 de 18 de Junho de 2002, intitulado "Regulamentos que governam o Status, os Direitos Básicos e os Deveres dos Oficiais que não sejam oficiais do Secretariado ou Peritos em Missão".

O Consultor(a) Individual deve cumprir todas as Diretrizes de Segurança estabelecidas pelo PNUD.

Proibição de Exploração Sexual e Abuso: no cumprimento do Contrato, o(a) Consultor(a) Individual deve cumprir com as regras de conduta estabelecidas no Boletim do Secretário-Geral ST/SGB/2003/13 de 09 de Outubro de 2003, sobre "Medidas Especiais para Proteção Contra Exploração Sexual e Abuso Sexual". Em particular, o(a) Consultor(a) Individual não deverá envolver-se em nenhuma conduta que constitua exploração sexual ou abuso sexual, como definido naquele Boletim.

O Consultor(a) Individual tem ciência e concorda que qualquer violação de quaisquer dessas regras constituirá violação de termo essencial ao contrato e que, além de outros direitos e remédios legais disponíveis para qualquer pessoa, isso servirá de base para a suspensão ou extinção do Contrato. Adicionalmente, nada nestes Termos deve limitar o direito do PNUD de trazer ao conhecimento das autoridades nacionais quaisquer alegações de violação das regras de conduta supramencionadas para a apropriada ação legal.

3- DIREITOS DE DOMÍNIO, AUTORAIS, PATENTES E OUTROS DIREITOS PROPRIETÁRIOS:

A propriedade sobre quaisquer equipamentos e suprimentos que possam ser fornecidos pelo PNUD ao(a) Consultor(a) Individual para o cumprimento de quaisquer obrigações sob este Contrato deve permanecer com o PNUD e todo e qualquer equipamento ou suprimento deve ser devolvido na conclusão do Contrato ou quando não mais for necessário para ao(a) Consultor(a) Individual. Tais equipamentos e suprimentos, quando devolvidos ao PNUD, deverão estar na mesma condição de quando foram entregues ao(a) Consultor(a) Individual, sujeitos ao desgaste normal. O(A) Consultor(a) Individual será responsável por compensar o PNUD por qualquer dano ou degradação do equipamento que esteja além do que seja considerado um desgaste normal.

O PNUD terá direito sobre toda a propriedade intelectual e outros direitos patrimoniais e conexos, incluindo, mas não se limitando a, patentes, direitos autorais e marcas, quanto a produtos, processos, invenções, ideias, know-how, documentos e outros materiais que o(a) Consultor(a) Individual tenha desenvolvido para o PNUD na vigência do Contrato e que estejam diretamente relacionados a, ou produzidos ou preparados ou coletados em consequência da, ou durante o curso da execução do Contrato. O Consultor(a) Individual reconhece e concorda que tais produtos, documentos ou outros materiais constituem obras feitas a soldo do PNUD.

Todavia, à medida em que quaisquer propriedade intelectual e outros direitos patrimoniais e conexos consistirem em propriedade intelectual e outros direitos patrimoniais e conexos do(a) Consultor(a) Individual: (a) que preexistissem à execução, pelo(a) Consultor(a) Individual, de suas obrigações sob este Contrato; ou (b) que o(a) Consultor(a) Individual possa desenvolver ou adquirir, ou ter desenvolvido ou ter adquirido, independentemente do cumprimento de suas obrigações sob o Contrato, o PNUD não reivindicará qualquer propriedade ou interesse, e o(a) Consultor(a) Individual concede ao PNUD uma licença perpétua para usar essa propriedade intelectual ou outro direito de propriedade unicamente para as finalidades do Contrato e em concordância com seus requerimentos.

Por solicitação do PNUD, o(a) Consultor(a) Individual deverá tomar todas as ações necessárias, elaborar todos os documentos e em geral prestar assistência para proteger tais direitos de propriedade, e transferi-los ou licenciá-los ao PNUD em concordância com os requerimentos da lei aplicável e das cláusulas do Contrato.

Sujeitos às presentes provisões, todos os mapas, desenhos, fotografias, mosaicos, planos, relatórios, estimativas, recomendações, documentos e todos os outros dados compilados ou recebidos pelo Consultor(a) Individual sob a vigência do Contrato deverão ser de propriedade do PNUD, e deverão ser postos em disponibilidade para uso ou inspeção em ocasiões e locais considerados razoáveis. Eles deverão ser considerados confidenciais e serão entregues exclusivamente aos oficiais autorizados do PNUD na conclusão do trabalho que foi objeto do Contrato.

4- NATUREZA CONFIDENCIAL DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES:

69

Informações e dados considerados propriedade do PNUD ou do Consultor(a) Individual e entregues ou revelados por qualquer um dos dois ("Infomante") ao outro ("Destinatário") durante o cumprimento do Contrato, e que são designados como confidenciais ("Informação"), devem ser mantidos em sigilo e manuseados conforme estabelecido a seguir.

O Destinatário de tal Informação deve usá-la com o mesmo cuidado e discrição que o Infomante emprega para evitar divulgação, publicação ou disseminação. O Destinatário poderá usar a Informação do Infomante apenas para os propósitos para os quais tal Informação foi revelada.

O Destinatário pode revelar Informação confidencial a outras partes (empregados, oficiais, representantes e agentes) após o consentimento por escrito do Infomante, desde que a necessidade de revelar tal Informação confidencial seja exclusivamente para os propósitos do cumprimento das obrigações do Contrato.

Sujeito de maneira irrenunciável aos privilégios e imunidades do PNUD, o Consultor(a) Individual poderá revelar informações na medida exigida por Lei, desde que ele comunique ao PNUD, com suficiente antecedência, de um requerimento para revelação de informações, de maneira a permitir que o PNUD tenha tempo hábil para tomar medidas de salvaguarda ou outras ações que forem apropriadas antes que qualquer revelação seja feita. O PNUD poderá revelar Informação na medida em que for requerido conforme a Carta das Nações Unidas, resoluções e regulamentos da Assembleia-Geral ou seus outros órgãos governantes, ou regras promulgadas pelo Secretário-Geral.

O Destinatário não deverá ser impedido de divulgar Informação que foi obtida de uma terceira parte sem restrições, ou que é revelada pelo Infomante a uma terceira parte sem qualquer obrigação de confidencialidade, ou que seja de conhecimento prévio do Destinatário; ou que tenha sido desenvolvida pelo Destinatário de maneira completamente independente de todas as divulgações de que trata o Contrato.

Estas obrigações e restrições de confidencialidade devem ser eficazes durante a vigência do Contrato, incluindo qualquer prorrogação subsequente e, ao menos que disposto de forma diversa no Contrato, devem manter-se eficazes após qualquer tipo de encerramento do contrato. Sem prejuízo do estabelecido acima, o Consultor(a) Individual reconhece que o PNUD pode, a seu exclusivo critério, revelar a razão, tipo, escopo, duração e valor do contrato, o nome do Consultor(a) Individual, bem como qualquer informação relevante à adjudicação do contrato.

5- VIAGENS, LIBERAÇÃO MÉDICA E MORTE RELACIONADA AO SERVIÇO, FERIMENTO OU DOENÇA:

Se o(a) Consultor(a) Individual for solicitado pelo PNUD a viajar para fora do seu domicílio, e desde que haja acordo anterior por escrito, tal viagem deve correr às custas do PNUD. Tal viagem deverá ser em classe econômica, se por via aérea.

O PNUD pode solicitar que o(a) Consultor(a) Individual apresente um Atestado de Boa Saúde emitido por um médico reconhecido, anteriormente ao início dos trabalhos em quaisquer de seus escritórios ou instalações, ou antes de qualquer viagem requerida pelo PNUD ou relacionada com o cumprimento do Contrato. O(A) Consultor(a) Individual deverá fornecer tal Atestado de Boa Saúde o mais breve possível, após tal solicitação ou antes de fazer qualquer viagem. Ele garantirá a acuidade de tal Atestado, incluindo, e não limitado à, confirmação de que foi informado em relação à exigência de vacinas para os lugares para onde tais viagens possam ser autorizadas.

Em caso de morte, ferimento ou doença do(a) Consultor(a) Individual que seja atribuível à prestação de serviços em nome do PNUD, sob os termos desse Contrato, durante uma viagem às custas do PNUD ou prestação de serviço sob esse Contrato em quaisquer escritórios ou instalações do PNUD, o(a) Consultor(a) Individual ou seus dependentes, como for apropriado, terão direito a compensação equivalente àquela prevista na apólice de seguro do PNUD, disponível sob demanda.

6- PROIBIÇÃO DE CESSÃO; MODIFICAÇÕES:

O Consultor(a) Individual não poderá nomear, delegar, transferir, dar ou oferecer em garantia, empenhar, ou de qualquer outra forma dispor do Contrato ou de qualquer parte dele, ou quaisquer de seus direitos, pretensões ou obrigações, exceto com prévia autorização por escrito do PNUD. Qualquer tentativa de assim proceder será nula e sem efeito.

Os termos ou condições de qualquer compromisso suplementar, licenças ou outras formas de contratos em relação a quaisquer bens ou serviços a serem fornecidos sob a vigência do Contrato não deverão ser válidas ou eficazes contra o PNUD, nem poderão constituir um contrato com ele, a não ser que tais compromissos, licenças ou outras formas de contrato estejam previstos num compromisso por escrito do PNUD.

Nenhuma modificação ou alteração no Contrato será válida e eficaz contra o PNUD a não ser que seja formalizada em um aditivo por escrito assinado pelo Consultor(a) Individual e um oficial autorizado, ou autoridade apropriada para contratação, do PNUD.

7- SUB-CONTRATAÇÃO:

No caso do Consultor(a) Individual solicitar os serviços de subcontratados para realizar qualquer obrigação do Contrato, ele deverá obter uma aprovação prévia por escrito do PNUD para cada sub-contratação.

O PNUD pode, a seu exclusivo critério, rejeitar qualquer sub-contratação que for proposta, ou requerer que uma sub-contratação seja cancelada, sem a obrigação de apresentar quaisquer justificativas. Tal cancelamento não dá ao(a) Consultor(a) Individual qualquer direito de alegar atrasos no cumprimento do Contrato, nem servir de pretexto para o não-cumprimento de qualquer de suas obrigações sob o Contrato.

O(A) Consultor(a) Individual será o único responsável por todos os serviços e obrigações cumpridos por seus subcontratados. Os termos de qualquer subcontrato devem estar sujeitos e serem entendidos de forma em que estejam em completa concordância com todos os termos e condições do Contrato.

8- USO DO NOME, EMBLEMA OU SELO OFICIAL DAS NAÇÕES UNIDAS:

O(A) Consultor(a) Individual não divulgará ou de qualquer outra forma tomará público, com intento comercial ou de boa-fé; que ele tem uma relação contratual com o PNUD, nem deve de maneira alguma relacionar o nome, emblema ou selo oficial do PNUD, ou qualquer abreviação do nome do PNUD com seus negócios sem a permissão por escrito do PNUD.

9- INDENIZAÇÃO:

O(A) Consultor(a) Individual deverá indenizar, defender e manter indene o PNUD e seus oficiais, agentes e empregados de quaisquer processos, procedimentos, reivindicações, reclamações, perdas e responsabilidades de qualquer tipo ou natureza. Isso inclui, de forma não

CS



limitante, todos os custos e despesas de um litígio, honorários advocatícios, pagamentos de acordos e danos que sejam baseados, oriundos ou relacionados a:

(a) Declarações e reivindicações que o uso do PNUD de qualquer artefato patenteado, material sob propriedade autoral ou outro bem ou serviço fornecido pelo PNUD para seu uso nos termos do Contrato, no seu todo ou em parte, separadamente ou de maneira combinada, constitui numa infração de qualquer patente, direito autoral, marca ou outro direito de propriedade intelectual de uma terceira parte; ou

(b) Quaisquer atos ou omissões do(a) Consultor(a) Individual, ou de qualquer subcontratado ou qualquer pessoa direta ou indiretamente empregada no cumprimento do Contrato, que tenha dado motivo à responsabilização legal a qualquer um que não seja parte do Contrato, incluindo, de maneira não limitante, reivindicações e responsabilidades de natureza trabalhista.

10- SEGURO:

O(A) Consultor(a) Individual deverá pagar ao PNUD por todas as perdas, destruição ou dano à propriedade do PNUD causados pelo(a) Consultor(a) Individual, ou qualquer subcontratado ou qualquer pessoa direta ou indiretamente empregada por eles no cumprimento do Contrato. O(A) Consultor(a) Individual deverá ser o único responsável por estabelecer e manter seguro adequado e necessário à execução de qualquer de suas obrigações sob o Contrato, bem como manter às suas próprias custas os seguros de vida, de saúde e outras formas de seguro que o Consultor(a) Individual possa considerar apropriadas para cobrir o período durante o qual o Consultor(a) Individual presta os serviços previstos no Contrato.

O Consultor(a) Individual tem ciência e concorda que nenhum dos arranjos de seguro que o Consultor(a) Individual possa fazer devem, de maneira alguma, ser interpretados como limite à sua responsabilidade sob a execução ou em consequência do Contrato.

11- ÔNUS E GARANTIAS:

O(A) Consultor(a) Individual não deverá causar ou permitir que qualquer penhor, embargo ou outro ônus por qualquer pessoa seja registrado ou permaneça registrado em qualquer repartição pública ou no PNUD contra qualquer soma de dinheiro devida ao(a) Consultor(a) Individual ou a ser devida por qualquer trabalho ou bens ou materiais fornecidos sob a vigência do Contrato, ou em razão de qualquer reivindicação ou exigência contra o(a) Consultor(a) Individual.

12- FORÇA MAIOR; OUTRAS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES:

No caso da ocorrência de qualquer causa que constitua força-maior, e tão logo ela tenha ocorrido, o(a) Consultor(a) Individual deverá notificá-la ao PNUD por escrito e com detalhes se ele/ela por causa de tal ocorrência se tornar incapaz – no todo ou em parte – de cumprir suas obrigações e responsabilidades sob o Contrato. O(A) Consultor(a) Individual também deverá notificar o PNUD de quaisquer outras mudanças de condições ou da ocorrência de qualquer evento que interfira ou ameace interferir no cumprimento do Contrato. Em não mais do que 15 (quinze) dias após a apresentação de tal notificação de força-maior ou outras mudanças de condições ou ocorrências, o(a) Consultor(a) Individual deverá também apresentar ao PNUD um extrato de todas as despesas estimadas que provavelmente ocorrerão durante a mudança de condições ou evento. Após o recebimento da notificação ou notificações aqui requeridas, o PNUD deverá tomar as ações que considerar, por seu exclusivo critério, apropriadas ou necessárias às circunstâncias, incluindo a concessão ao(a) Consultor(a) Individual de um prazo adicional razoável para o cumprimento de quaisquer obrigações do Contrato ou de suspensão delas advindas.

"Força-Maior" como usada nestes Termos significa qualquer acontecimento imprevisto e inevitável da natureza, ou de guerra (declarada ou não), invasão, revolução, insurreição, ou qualquer outro acontecimento de natureza ou força similar, dado que tal acontecimento decorra de causas fora do controle e sem a culpa ou negligência do(a) Consultor(a) Individual. O(A) Consultor(a) Individual tem ciência e concorda que em relação a qualquer obrigação do Contrato, a ser cumprida nas áreas ou pelas áreas em que o PNUD estiver envolvido, ou preparando para se envolver, ou se retirando de qualquer missão de paz, humanitária ou operações similares, qualquer atraso ou falha no cumprimento dessas obrigações advindas ou relacionados às condições oficiais nessas áreas ou a quaisquer incidentes de sublevação civil ocorrendo nesses lugares não deverá constituir, em si, força-maior sob o Contrato.

13- EXTINÇÃO:

Quaisquer das partes podem extinguir o Contrato, por inteiro ou em parte, mediante uma notificação por escrito à outra parte. O prazo para a notificação deverá ser de 05 (cinco) dias no caso de contratos vigentes por um período menor que 02 (dois) meses, e 14 (quatorze) dias no caso de contratos por um período maior. O início dos procedimentos de conciliação ou arbitragem, conforme estabelecidos abaixo, não devem ser considerados como a "causa" ou a extinção, em si, do Contrato.

O PNUD pode, sem qualquer prejuízo de qualquer outro direito ou remédio legal ao seu dispor, extinguir o Contrato imediatamente nas seguintes ocorrências:

(a) o(a) Consultor(a) Individual é judicialmente pronunciado falido, ou é liquidado, ou toma-se insolvente, solicita moratória ou permanece em débito em qualquer obrigação de pagamento ou repagamento, ou solicita ser declarado insolvente;

(b) é concedida moratória ou suspensão ao(a) Consultor(a) Individual, ou ele é declarado insolvente;

(c) o(a) Consultor(a) Individual compromete-se com o pagamento de um ou mais de seus credores;

(d) um curador é indicado por conta da insolvência do(a) Consultor(a) Individual;

(e) o(a) Consultor(a) Individual oferece um acordo ao invés da falência ou curadoria ou;

(f) o PNUD razoavelmente determina que o(a) Consultor(a) Individual se tomou sujeito a uma mudança materialmente adversa em sua condição financeira de maneira a ameaçar ou colocar em perigo ou substancialmente afetar a sua habilidade de cumprir qualquer de suas obrigações contratuais.

No evento de qualquer extinção do Contrato mediante o recebimento de notificação de extinção pelo PNUD, o Contratante deverá, exceto se orientado pelo PNUD em notificação de extinção ou de qualquer outra forma por escrito:

(a) tomar medidas imediatas para finalizar o cumprimento de quaisquer obrigações contratuais de maneira rápida e ordeira e, agindo assim, reduzir as despesas ao máximo;

(b) abster-se de assumir quaisquer compromissos adicionais na vigência do Contrato imediatamente a seguir a data de recebimento de tal notificação;

(c) entregar todos os planos completados ou parcialmente completados, desenhos, informação e outra propriedade que, se o Contrato fosse completado, seria requerido para ser fornecido ao PNUD nos termos ali estabelecidos;

(d) completar o cumprimento dos trabalhos não terminados e;

(e) tomar quaisquer ações que possam ser necessárias, ou que o PNUD possa orientar por escrito, para a proteção e preservação de qualquer propriedade, seja tangível ou intangível, relacionada ao Contrato e que esteja na posse do(a) Consultor(a) Individual e sobre a qual o PNUD tenha ou possa razoavelmente ter interesse.

No evento de qualquer extinção do Contrato, o PNUD deverá ser sujeito a pagar ao Consultor(a) Individual uma compensação numa base pro rata por não mais que o montante do trabalho satisfatoriamente realizado de acordo com os requerimentos do Contrato. Custos adicionais incorridos pelo PNUD resultantes da extinção do Contrato pelo Consultor(a) Individual poderão ser retidos de qualquer montante de outra forma devido ao Consultor(a) Individual pelo PNUD.

14- NÃO-EXCLUSIVIDADE:

O PNUD não deverá ter qualquer obrigação ou limitação em respeito ao seu direito de adquirir bens do mesmo tipo, qualidade e quantidade, ou de obter quaisquer serviços do tipo descrito no Contrato, de qualquer fonte e a qualquer tempo.

15- IMPOSTOS:

O Artigo II, Seção 7 da Convenção Sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, entre outras coisas, que as Nações Unidas, incluindo os seus órgãos subsidiários, é isenta de todos os impostos diretos, exceto tarifas por serviços de utilidade pública, e é isenta de restrições, impostos e tarifas alfandegárias de natureza similar em respeito a artigos importados ou exportados para o seu uso oficial.

No evento de qualquer autoridade governamental se recusar a reconhecer as isenções das Nações Unidas de tais taxas, restrições, impostos ou tarifas, o(a) Consultor(a) Individual deverá imediatamente consultar o PNUD para determinar um procedimento mutuamente aceitável.

O PNUD não deverá ter qualquer responsabilidade por taxas, impostos, ou outra tarifa similar pagáveis pelo(a) Consultor(a) Individual em respeito a quaisquer montantes pagos a ele sob a vigência deste Contrato. O(A) Consultor(a) Individual tem ciência de que o PNUD não emitirá uma declaração dos seus ganhos em relação a estes pagamentos.

16- AUDITORIAS E INVESTIGAÇÕES:

Cada fatura paga pelo PNUD será sujeita à auditoria pós-pagamento por auditores, quer internos ou externos, do PNUD ou por pessoal autorizado e qualificado do PNUD. O(A) Consultor(a) Individual reconhece e concorda que o PNUD pode conduzir investigações relacionadas a qualquer aspecto do Contrato, de sua adjudicação ou das obrigações executadas sob seu escopo. O(A) Consultor(a) Individual deverá cooperar integral e tempestivamente com quaisquer auditorias pós-pagamento ou investigações advindas. Tal cooperação deverá incluir, mas não se limitará a, as obrigações do(a) Consultor(a) Individual de disponibilizar quaisquer documentos ou informações relevantes às auditorias pós-pagamento ou investigações em tempo e condições razoáveis. O(A) Consultor(a) Individual poderá requerer a seus empregados, subcontratados ou agentes, se houver, incluindo, mas sem se limitar, os advogados, contadores ou outros assessores do(a) Consultor(a) Individual, que razoavelmente cooperem com quaisquer auditorias pós-pagamento executadas pelo PNUD nos termos deste Contrato.

Se as constatações ou circunstâncias de uma auditoria pós-pagamento assim justificarem, o PNUD pode, sob seu exclusivo critério, tomar as medidas que julgar apropriadas ou necessárias, incluindo, mas sem se limitar, a suspensão do contrato, sem que isso gere qualquer responsabilidade para o PNUD.

O(A) Consultor(a) Individual deverá reembolsar o PNUD de quaisquer valores demonstrados em uma auditoria de pós-pagamento ou investigação e que tenham sido pagos pelo PNUD em desacordo com os termos e condições do Contrato. Tais valores podem ser deduzidos pelo PNUD de qualquer pagamento devido ao(a) Consultor(a) Individual sob o Contrato.

O direito do PNUD de conduzir uma auditoria de pós-pagamento ou investigação e a obrigação do(a) Consultor Individual de atendê-las continuam em vigor mesmo após a extinção ou término antecipado do Contrato.

17- RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

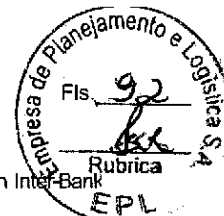
Resolução Amigável: o PNUD e o Consultor(a) Individual devem empenhar seus melhores esforços para amigavelmente resolver qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação decorrente do Contrato ou da sua violação, extinção ou invalidade. Onde as partes desejarem buscar tal resolução amigável por meio de conciliação, a conciliação deverá ocorrer em concordância com as Regras de Conciliação então obtidas da Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional ("UNCITRAL"), ou de acordo com outro procedimento que tenha sido acordado entre as partes por escrito.

Arbitragem: qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação entre as partes decorrentes do Contrato, ou da sua violação, extinção ou invalidade, se não for resolvida amigavelmente como indicado acima, deve ser encaminhada por qualquer das partes à arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL então obtidas. As decisões do tribunal arbitral devem ser baseadas em princípios gerais do direito comercial internacional. Para todas as questões probatórias, o tribunal arbitral deve ser guiado pelas Regras Suplementares Sobre a Apresentação e Recebimento de Provas em Arbitragem Comercial Internacional da Associação Internacional de Advogados (International Bar Association - IBA), edição de 28 de Maio de 1983.

O tribunal arbitral deverá ter o poder de ordenar a devolução ou destruição de bens ou de qualquer propriedade, tangível ou intangível, ou de qualquer informação confidencial fornecida sob a vigência do Contrato. Ele também poderá ordenar a extinção do Contrato ou que quaisquer outras medidas preventivas sejam tomadas em respeito aos bens, serviços ou qualquer outra propriedade, tangível ou intangível, ou de qualquer outra informação confidencial fornecida sob a vigência do Contrato, conforme for apropriado, todas em concordância com a autoridade do tribunal arbitral conforme o Artigo 26 ("Medidas Preventivas Provisórias") e Artigo 32 ("Forma e Efeito da Sentença") das Regras de Arbitragem da UNCITRAL.

O tribunal arbitral não deverá ter autoridade para adjudicar danos punitivos. Adicionalmente, a não ser que expressamente disposto de outra

07



forma no Contrato, o tribunal arbitral não deve ter autoridade de adjudicar juros que excedam as taxas do em excesso do London Inter-Bank ("LIBOR"), prevalecente à época e esses juros devem ser juros simples, somente.

As partes se obrigam e se vinculam à sentença arbitral proferida nos termos do procedimento arbitral aqui tratado, como sendo o instrumento final de adjudicação de qualquer disputa, controversia ou reivindicação entre elas.

18- LIMITAÇÃO DE AÇÃO:

Exceto no que diz respeito a quaisquer obrigações de indenização nos termos do parágrafo 9, acima, ou no que o Contrato dispuser de forma contrária, quaisquer procedimentos arbitrais de acordo com o parágrafo 17, acima e decorrentes do Contrato, devem ser iniciados em até 03 (três) anos após a ocorrência da causa da ação.

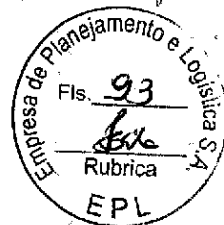
As Partes reconhecem e concordam que, para tais fins, a causa da ação nascerá quando a violação do contrato efetivamente ocorrer ou, em caso de vício oculto, quando a Parte prejudicada souber ou devesse saber dos elementos essenciais da causa da ação ou, em caso de quebra da garantia, quando a entrega tiver sido realizada, a não ser que uma garantia estenda a prestação futura dos bens ou de quaisquer processos ou sistemas e que a descoberta de tal quebra conseqüentemente leve à espera do momento em que tais bens ou outros processos ou sistemas estejam prontos de acordo com os requisitos do Contrato; a causa da ação nascerá, então, quando tal momento de execução futura efetivamente ocorrer.

19- PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada neste Contrato, ou em relação a ele, deverá ser considerado como uma renúncia, expressa ou tácita, de qualquer privilégio e imunidade das Nações Unidas, incluindo os seus órgãos subsidiários.

69

LEWIS & CLARK



Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; h) Objetivo da consultoria: Avaliar os resultados e indicadores do Projeto de Cooperação Técnica da SRA, considerando os aspectos técnicos e operacionais, apresentando subsídios técnicos contendo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e processos voltados para a Governança Fundiária; e) Nome do Contratado: WANNUZIA MARIA SILVA NOGUEIRA PINHEIRO; d) Nº do Contrato: 117017; e) Valor Total do Contrato: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 30 de janeiro de 2017 a 14 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Realizar estudos e análises específicas relativas ao atendimento dos parâmetros de Sustentabilidade do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com proposta de aprimoramento de modo a contribuir na qualificação das propostas a serem contratadas pelo PNCF no estado de MG; c) Nome do Contratado: GILCEU TEODORO ARANTES; d) Nº do Contrato: 117041; e) Valor Total do Contrato: R\$ 127.711,00 (cento e vinte e sete mil setecentos e onze reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 14 de fevereiro de 2017 a 13 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Realizar estudo sobre atuação das entidades prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de âmbito do PNCF, no Estado MG, com proposta de aprimoramento; c) Nome do Contratado: LEANDRO SOARES MOREIRA; d) Nº do Contrato: 117027; e) Valor Total do Contrato: R\$ 151.360,00 (cento e cinquenta e um mil trezentos e sessenta reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 01 de fevereiro de 2017 a 14 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Realizar estudos e avaliação nos procedimentos, documentos e tramitação das propostas voltadas para concessão de financiamento, no período de 2003 a 2016, conforme a legislação e normativos do PNCF, com proposta de aprimoramento dos modelos e pareceres referente a operacionalização do Programa na Unidade Técnica Estadual em Minas Gerais; c) Nome do Contratado: PEDRO JOSÉ DE CAMPOS GARCIA; d) Nº do Contrato: 117037; e) Valor Total do Contrato: R\$ 127.710,00 (cento e vinte e sete mil setecentos e dez reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 08 de fevereiro de 2017 a 07 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Promover análise das famílias em situação de inadimplência avaliando o impacto das medidas de renegociação e propor ações de recuperação da capacidade produtiva das famílias financiadas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul; c) Nome do Contratado: MAGALI MACHADO CHERAN; d) Nº do Contrato: 117036; e) Valor Total do Contrato: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 10 de fevereiro de 2017 a 14 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Avaliar a atuação das entidades da Rede de Apoio, nas ações de Difusão, Mobilização, Qualificação da Demanda e Capacitação Inicial para ampliação e fortalecimento das ações com proposta de capacitação para as entidades beneficiárias do Rio Grande do Sul; c) Nome do Contratado: SIRLEI MAGALI SKOLLAUDE BACK; d) Nº do Contrato: 117042; e) Valor Total do Contrato: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 14 de fevereiro de 2017 a 13 de maio de 2018.

a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 14 de fevereiro de 2017 a 13 de maio de 2018.

a) Espécie: Contratação de Serviço de Consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/ICA/14/002 - "Fortalecer os instrumentos de Governança Fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável", celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objetivo da consultoria: Realizar estudos e avaliação nos procedimentos, documentos e tramitação das propostas voltadas para concessão de financiamento, conforme a legislação e normativos do PNCF, com proposta de aprimoramento dos modelos e pareceres referente a operacionalização do Programa na Unidade Técnica Estadual no RS; c) Nome do Contratado: ROBERTO CESAR PIRES CAMARGO; d) Nº do Contrato: 117039; e) Valor Total do Contrato: R\$ 127.711,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos e onze reais) o desembolso da (s) parcela (s), serão realizadas de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; f) Vigência: 14 de fevereiro de 2017 a 13 de maio de 2018.

SECRETARIA-GERAL SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1110120-00001-2017NE800037

Canal Projeto de Cooperação Técnica Interacional PNUD/URA 117017

Canal Projeto de Cooperação Técnica Interacional PNUD/URA 117027

Canal Projeto de Cooperação Técnica Interacional PNUD/URA 117037

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2017 - UASG 110102

Nº Processo: 00592000374201688. PREGÃO SISPP Nº 22/2016. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 08219617000104. Contratado: CITY SERVICE SERVICOS -TERCEIRIZADOS LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de RECEPÇÃO, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades das Unidades da AGU no Estado do Rio de Janeiro, circunscrições à Superintendência de Administração no Rio de Janeiro. Fundamento Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Vigência: 02/03/2017 a 01/03/2018. Valor Total: R\$575.098,72. Fonte: 188000000 - 2017NE800058. Data de Assinatura: 23/02/2017.

(SICON - 23/03/2017) 110161-00001-2017NE800056

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5072017 - UASG 110120

Nº Processo: 00091001555201672. INEXIGIBILIDADE Nº 3/2016. Contratante: AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA-ABIN/GSI/PR. CNPJ Contratado: 05914254000139. Contratado: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de água tratada e/ou capotamento sanitário. Fundamento

Legal: art.25, caput, da lei 8666/93. Vigência: a partir de 12/01/2017, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$13.452,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800075. Data de Assinatura: 12/01/2017.

(SICON - 23/03/2017) 110120-00001-2017NE800037

EXTRATO DE CONTRATO Nº 524/2017 - UASG 110120

Nº Processo: 00091001724201674. PREGÃO SISPP Nº 53/2016. Contratante: AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA-ABIN/GSI/PR. CNPJ Contratado: 09520219000196. Contratado: WIRELESS COMM SERVICES LTDA - Objeto: Serviço de acesso à internet via rádio.Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02 e legislação correlata. Vigência: 07/03/2017 à 07/03/2018. Valor Total: R\$19.879,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800163. Data de Assinatura: 07/03/2017.

(SICON - 23/03/2017) 110120-00001-2017NE800037

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 110120

Número do Contrato: 5052016. Nº Processo: 00091001978/2015. PREGÃO SISPP Nº 93/2016. Contratante: AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA-ABIN/GSI/PR. CNPJ Contratado: 05233652000190. Contratado: SETE SATELITE SERVICOS -TERCEIRIZADOS LTDA - ME. Objeto: Repatuação do prego e inclusão da cláusula proibitiva de nepotismo. Fundamento Legal: Art. 55, Inciso III da Lei nº 8.666/93 e Art. 5º do Decreto nº 2.271/97. Valor Total: R\$1.456,42. Fonte: 100000000 - 2016NE800069. Data de Assinatura: 22/02/2017.

(SICON - 23/03/2017) 110120-00001-2017NE800037

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 2/2017

Número do Processo: 05110.009714/2017-41. Unidade Descentralizadora: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, de CNPJ 00.396.895/0011-05. Unidade Descentralizada: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de CNPJ 00.498.828/0001-55. Termo de Execução Descentralizada nº 02/2017. Objeto: Disponibilização pela UNIDADE DESCENTRALIZADA DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA do serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço dos órgãos da Administração Pública Federal direta, por meio de táxi, no âmbito do Distrito Federal e entorno, prestado por fornecedor contratado pela Central de Compras, nas condições estabelecidas no Termo de Referência - TR anexado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2016. Vigência: 20/03/2016 a 31/12/2017. Data de Assinatura: 20/03/2016.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 130005

Número do Contrato: 30/2016. Nº Processo: 21000057331201667. INEXIGIBILIDADE Nº 27/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, -PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 00360305000104. Contratado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 30/2016, de 12/03/2017 até 30/06/2017, bem como atualizar a dotação e endereço orçamentário contemplados na Cláusula Sete do CPS Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Decretos nº 7.973/13, 6.170/07 e Portaria Interministerial MF/MP/CGU nº 424. Vigência: 12/03/2017 a 30/06/2017. Data de Assinatura: 10/03/2017.

(SICON - 23/03/2017) 130005-00001-2017NE800154

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 11 de abril de 2017 às 10 horas na sede social das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Castaninas, Rodovia BR 040 Km 688, Pavilhão Administração

LEW BRANCO